



## CAPÍTULO 22

### EMPREENDIMENTOS SUSTENTÁVEIS E PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL: possibilidades de desenvolvimento regional por meio da economia solidária e de novas tecnologias sociais

*sustentabilidade*

Andrea Paula dos Santos

#### **Empreendimentos sustentáveis e patrimônio natural e cultural no contexto da economia solidária**

O que é um empreendimento sustentável e no que ele pode se relacionar com a preservação do patrimônio natural e cultural ou com uma noção de economia solidária no contexto de um desenvolvimento regional sustentável?

Para refletir sobre esse questionamento é preciso considerar que, desde a década de 1990, a **economia solidária** apresenta-se como uma área de inserção dos trabalhadores que estão fora do mercado formal, ou desempregados, em empreendimentos autogestionários, ou seja, organizados por eles mesmos de forma justa e solidária (Singer 2000). A partir dessas práticas associativas e cooperativas, atualmente, são várias as políticas públicas, as organizações governamentais e não governamentais, as universidades, os movimentos sociais e os grupos de trabalhadores que estão envolvidos com a economia solidária no Brasil e em todo o mundo.

Grande parte desses grupos e instituições está estudando e debatendo se as práticas de economia solidária seriam realmente uma alternativa ao atual modelo de desenvolvimento capitalista tão predatório e excludente. Algumas das análises, realizadas até o momento, indicam que estas experiências são significativas para a sobrevivência imediata de populações de baixa renda em um novo contexto de desenvolvimento humano, mas também apresentam grandes dificuldades de sustentação, vítimas de condições econômicas altamente adversas e de um mercado cada vez mais competitivo (Santos e Santos 2004).

Mas qual seria o papel destas experiências a longo prazo? Do ponto de vista de um projeto social estratégico e da defesa de novas formas de desenvolvimento, a economia solidária apresenta

algumas possibilidades. As experiências locais têm sido analisadas não só pelo seu impacto econômico local, mas como desencadeadoras de novos conceitos e até mesmo como portadoras de profundos questionamentos aos sistemas tradicionais de produção, de crédito, de organização social, de mercado, de políticas sociais, de desenvolvimento, etc. As avaliações realizadas por estudiosos do tema indicam que as experiências apresentam um enorme potencial de revigorar energias de setores populares excluídos do atual modelo de desenvolvimento, fomentando a emancipação dos sujeitos e a apropriação e criação de tecnologias produtivas e organizacionais mais adequadas aos saberes populares. Agora denominadas de **tecnologias sociais**, essas práticas abarcariam um conjunto de técnicas, metodologias e novos conhecimentos construídos de forma participativa, estruturadas em moldes flexíveis, de acordo com as especificidades de cada comunidade, com vistas a garantir a inclusão em alternativas de desenvolvimento que visem a melhoria da qualidade de vida das pessoas (Carrion et al. 2006).

A primazia de valores como a solidariedade, a democracia, a autogestão e a autonomia sobre valores mercantis, combinada com a eficiência econômica, coloca tais experiências na condição de coexistir com o mercado capitalista, ao mesmo tempo em que questiona o padrão de desenvolvimento que ele impõe. Várias pesquisas já comprovam que os projetos de economia solidária apresentam grande potencial de ampliação das possibilidades de geração de novas oportunidades de trabalho sintonizadas com novos paradigmas de desenvolvimento, propiciando também maior democratização da gestão do trabalho, valorização das relações humanas, do patrimônio natural e cultural, sendo também um caminho



viável para maior distribuição de renda. As redes de economia solidária podem ainda ser instrumentos com grande potencial de fortalecer o desenvolvimento local integrado sustentável e ainda pode ser um caminho para a transformação social. Estas experiências estão forjando uma economia popular solidária integrada à economia de mercado, porém contrária à sua lógica de desenvolvimento atual e, nesse sentido, novas práticas de ensino, pesquisa e extensão podem contribuir para a consolidação e o entendimento dessas iniciativas.

Portanto, também nos Campos Gerais e regiões próximas, quando se passou a tentar implantar na prática, e com o apoio da universidade, esses empreendimentos associativos e cooperativos, foram postas em questão as noções de desenvolvimento existentes, propiciando a construção de outros paradigmas que contemplem a idéia de sustentabilidade. Isto porque, quando se debate o impacto e a influência da economia solidária no contexto contemporâneo, já de início se coloca a sua potencialidade questionadora dos modelos de desenvolvimento econômico em vigor.

#### **Várias dimensões do desenvolvimento sustentável e suas relações com os empreendimentos sustentáveis**

Atualmente, existe um grande debate em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, o qual pôde ser acompanhado no *VI Congresso da Organização Internacional de Universidades para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (OIUDSMA)*, realizado em 2006, na cidade de Curitiba. A definição clássica de desenvolvimento sustentável é aquela que o considera como capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Todavia, sob o tema "Desenvolvimento Sustentável de Meio Ambiente: desafios da ciência em ação", os organizadores do evento partiram da afirmação de que, depois de trinta anos de embates teóricos e tentativas de implantação de projetos e ações de políticas públicas, a discussão acerca do **desenvolvimento sustentável** permanece ambígua, contraditória, polêmica e plural. Haveria algum consenso apenas quanto ao fato de que os fatores sócio-econômicos, culturais e ambientais relacionados às comunidades humanas necessitam de estudos e ações que se pautem por perspectivas integradas e interativas.

Segundo os participantes do congresso,

composto por profissionais de diversas áreas de conhecimento, a noção de desenvolvimento sustentável pode ser referida a dimensões bem diferentes da realidade, tais como a físico-natural ou a sócio-econômica, ou ainda aplicada a escalas globais ou locais (como no caso do aquecimento global ou da preservação de uma área protegida, respectivamente) gerando campos de análise bastante complexos e plurais. Além da variação das escalas espaciais, a idéia de desenvolvimento sustentável pode também abarcar diversas temporalidades. Nesse sentido, pode envolver, simultaneamente ou não, desde as gerações atuais até gerações futuras. Por exemplo, ao tentar-se propor e garantir a viabilidade econômica de empreendimentos sustentáveis controlando impactos ambientais, preservando o patrimônio natural e cultural, ao mesmo tempo em que tenta-se pesquisar e eventualmente desencadear ações para minimizar as conseqüências a longo prazo do aquecimento global.

No entanto, quando se transita da esfera global para a local, os problemas relacionados à sustentabilidade ganham novos contornos, pois as demandas emergem com precisão e concretude, evidenciando conflitos econômicos, políticos, sociais e culturais passíveis de múltiplas abordagens e formas de compreensão, levantando possibilidades de ação e de intervenção que podem ser profundamente participativas, ou então arbitrarias e contrárias aos interesses dos vários sujeitos envolvidos numa comunidade. O fato é que alguns estudiosos consideram que o conceito de desenvolvimento sustentável pode ter mais utilidade e operacionalidade ao ser trabalhado em comunidades bem definidas, com formas de vida reconhecíveis, contando com a participação efetiva dos sujeitos interessados.

Contudo, quais são as principais características relacionadas ao desenvolvimento sustentável, sua utilidade e operacionalidade no contexto contemporâneo? Algumas de suas dimensões (apresentadas no evento citado e outras incorporadas nestas reflexões) abarcam debates e propostas em torno de temas diretamente relacionados ao fomento de empreendimentos sustentáveis e à busca de garantir que estes sobrevivam. São temas como:

#### ***A participação da sociedade no planejamento do desenvolvimento sustentável:***

Aqui debate-se: que áreas de conhecimento podem contribuir para a gestão participativa, co-



gestão, gestão comunitária e outras modalidades partilhadas de gestão e planejamento do desenvolvimento e do meio ambiente, considerando a participação de povos e comunidades tradicionais e de diversos sujeitos e grupos, incluindo também os movimentos sociais, e considerando as questões de gênero e étnicas no planejamento, questionando as modalidades centralizadoras ou não participativas de planejamento e gestão. Além disso, quais seriam as estratégias patrimoniais de uso, apropriação e gestão de recursos naturais; que arranjos jurídicos e institucionais favorecem a participação da sociedade; como construir conhecimentos ecológicos locais no planejamento; quais metodologias e técnicas de participação pública podem ser utilizadas e que iniciativas populares de planejamento e gestão em qualquer escala espacial, temporal ou administrativa já existem e podem trazer conhecimentos e experiências.

#### ***Os meios de vida sustentáveis para o desenvolvimento rural e urbano:***

Busca-se conhecer e discutir alternativas para o uso sustentável de recursos naturais para gerar trabalho e renda nas comunidades rurais e urbanas por meio de empreendimentos solidários e sustentáveis, promovendo tanto o desenvolvimento sócio-econômico como a conservação do patrimônio natural e cultural no meio rural e urbano.

#### ***Os desastres ambientais:***

Objetiva conhecer e apoiar experiências e estudos que contenham previsões e formas de prevenção, preparação e resposta para desastres naturais e ambientais. Quais são os processos culturais geradores e controladores de acidentes e qual o impacto dos desastres no desenvolvimento sustentável? E qual é a participação dos seres humanos como agentes causadores ou controladores de desastres, sobretudo quanto às suas atividades econômicas?

#### ***As formas de gestão e as tecnologias que favorecem o desenvolvimento sustentável:***

Alguns exemplos são: a certificação ambiental ou agroecológica de processos e produtos; a avaliação de impacto ambiental de atividades humanas, principalmente as econômicas; a análise do ciclo de vida; questões relacionadas à gestão e contaminação da água, do ar e do solo; a autogestão dos empreendimentos sustentáveis; a produção de tecnologias sociais de

formação e comercialização, tais como eco-etiquetas e catálogos de produtos que exponham os saberes, os valores e a cultura de cada comunidade; novas tecnologias sociais que a universidade pode criar junto com as comunidades.

#### ***O turismo como instrumento para o desenvolvimento sustentável:***

Incentivar formas de participação de todos os sujeitos no processo de planejamento, implementação, desenvolvimento, gestão e controle da atividade turística, considerando quais os impactos positivos e negativos do turismo nas questões ambientais, culturais, econômicas e sociais. Um bom exemplo é o trabalho desenvolvido desde 2006 pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coordenadoria de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/COPPE/UFRJ) no desenvolvimento turístico na região do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, pela via do cooperativismo popular, com o objetivo de inclusão da população na cadeia produtiva do turismo, gerando trabalho e renda e um sentimento de pertença desta em relação ao patrimônio natural e cultural. Esse processo desemboca na implantação de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na região da Serra da Capivara (ITCP/Serra da Capivara) para capacitação e assessoria de grupos populares contextualizados na cadeia produtiva do turismo.

#### ***A educação ambiental e a educação patrimonial:***

Discutir e refletir a respeito de alternativas para a inserção da educação ambiental e da educação patrimonial nas políticas públicas, na construção de empreendimentos solidários e sustentáveis e em todos os níveis educacionais, seja formal (escolas de nível fundamental, médio e superior), não formal (programas comunitários) e informal (meios de comunicação e mídia). Buscar a garantia de que ensino, pesquisa e extensão universitária se entrelacem, investigando na teoria e na prática as possibilidades e os limites da interdisciplinaridade nas esferas da educação ambiental e patrimonial. Destaca-se que não é apenas a educação ambiental que dará conta dos problemas relacionados ao desenvolvimento regional sustentável nos Campos Gerais, mas também seu trabalho conjunto com a educação patrimonial, que busca promover a consideração do patrimônio natural e cultural por meio da gestão e da preservação dos bens patrimoniais



tangíveis e não tangíveis, que podem construir memórias, identidades e subjetividades questionadoras das atividades que tenderiam à degradação, tornando-se criadoras de novas atividades econômicas, culturais, sociais e políticas que utilizem os recursos naturais de forma consciente. Ou seja, partindo da utilização do patrimônio de acordo com princípios básicos da sustentabilidade, respeitando e cuidando dos seres vivos; melhorando a qualidade da vida humana; conservando a diversidade biológica e cultural e respeitando os limites de capacidade de suporte do planeta; transformando atitudes e práticas individuais e coletivas; incentivando a gestão do meio ambiente e do patrimônio natural e cultural pelas próprias comunidades locais. Dessa forma, a educação ambiental e a educação patrimonial precisam preparar os sujeitos para o desafio de contribuir com a sustentabilidade econômica; construindo e utilizando conhecimentos científicos e populares tradicionais e lidando cotidianamente com instrumentos de restauração ambiental e patrimonial, de monitoramento, de pesquisa e de manejo participativo.

Nessa direção, são exemplares os trabalhos de educação patrimonial desenvolvidos pela Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul no município próximo de São Martinho da Serra, que possui rico patrimônio natural e cultural, com destaque para o patrimônio arqueológico. Outros exemplos foram apresentados no Grupo de Trabalho “Patrimônio cultural e desenvolvimento regional”, presente na última Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada em Goiânia em 2006, e coordenado por Arlete Assumpção (Unicamp/USP) e Marilda Checcucci Gonçalves da Silva (FURB/SC). Esse GT propôs-se a debater as relações existentes entre o patrimônio e o desenvolvimento regional, numa perspectiva interdisciplinar, incluindo estudos de populações urbanas e rurais, bem como o exame de experiências de empreendedorismo que abarquem o patrimônio e suas ligações com o desenvolvimento local e regional. Além disso, estudos interdisciplinares recentes sobre o patrimônio cultural na região dos Campos Gerais têm levantado as possibilidades de atuação dos diversos segmentos da sociedade em torno de sua conservação e divulgação (Gomes 2007).

Como visto, as principais características relacionadas ao desenvolvimento sustentável, sua utilidade e operacionalidade no contexto contemporâneo, envolvem diretamente o apoio à constru-

ção e consolidação de empreendimentos sustentáveis, que garantam condições dignas de vida para as comunidades. Porém, todas essas características remetem à grande complexidade e pluralidade dos conhecimentos requeridos pelos sujeitos desses processos para que possam atuar efetivamente sobre a realidade, gerando trabalho e renda em sintonia com a preservação do patrimônio natural e cultural. Essa constatação leva à indagação de qual é o papel da Universidade na construção conjunta desses conhecimentos e, principalmente, no auxílio à elaboração e à execução de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável com a participação das comunidades como detentoras de tecnologias sociais e de formas de organização econômica e produtiva solidárias, associativas e cooperativas que o favoreçam.

#### **Empreendimentos sustentáveis e patrimônio natural: possibilidades de atuação em ensino, pesquisa e extensão universitária**

A construção de conhecimentos em torno das dimensões ambientais e patrimoniais necessita do reconhecimento do meio ambiente e do patrimônio natural e cultural, considerando as práticas relacionadas aos seus usos, apropriações, recriações, reconstruções e ressignificações como temas de pesquisa, de ensino e de extensão complexos e plurais. Tornam-se, portanto, impossíveis de serem estudados por meio de abordagens isoladas que se circunscrevam aos conteúdos de uma única disciplina ou área de estudos. Daí a defesa do difícil exercício da interdisciplinaridade, aqui compreendida como conjuntos de reflexões e de práticas capazes de criar novos conhecimentos que não teriam condições de ser gerados a partir de um olhar disciplinar. Nesse sentido, as universidades têm um importante papel no processo de emergência desses novos saberes relacionados ao desenvolvimento sustentável e às formas de fomentar e garantir a continuidade de empreendimentos solidários e sustentáveis como organismos econômicos, políticos, culturais e sociais que atendam à melhoria da qualidade de vida dos sujeitos em consonância com a defesa do patrimônio natural e cultural.

Além de incentivar as mudanças nos cursos de graduação e de pós-graduação, ou seja, nas atividades clássicas de ensino e pesquisa, a Universidade vê-se diante do desafio de atuar nas questões relativas ao desenvolvimento sustentável regional por meio de atividades de extensão que



alavancuem políticas públicas e promovam a integração definitiva e interdisciplinar das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitárias. Felizmente, já são várias as ações de extensão universitária em desenvolvimento sustentável que apresentam propostas teóricas e metodológicas inovadoras, posto que exigem a reformulação do ensino, da pesquisa e da extensão em termos interdisciplinares. Fala-se aqui do surgimento dos pesquisadores-extensionistas, estudantes de graduação ou de pós-graduação, professores, técnicos voluntários, funcionários da Universidade, que juntamente com os sujeitos das comunidades atendidas, criam e recriam cotidianamente conhecimentos e tecnologias sociais a serem empregados em empreendimentos solidários e sustentáveis e em políticas públicas locais e regionais de promoção do desenvolvimento sustentável.

Em Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais e proximidades, muitas das experiências dos trabalhadores que atuam nos empreendimentos solidários estão sendo assessoradas pelo Programa de Extensão "Incubadora de Empreendimentos Solidários" da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESOL-UEPG). Desde 2005, a IESOL contribui para a formação, a constituição e a consolidação desses empreendimentos, capacitando os trabalhadores para geração de trabalho e renda, com vistas a superar as desigualdades causadas pelo avanço dos processos de globalização no campo das transformações do mundo do trabalho.

Para atingir os objetivos de fomentar o associativismo e o cooperativismo, a IESOL desenvolve uma série de atividades de ensino, pesquisa e extensão de caráter interdisciplinar, com o apoio do Ministério da Educação. Através da aprovação de um projeto, firmou-se um Convênio para financiamento de atividades interdisciplinares concentradas principalmente em torno da elaboração do diagnóstico participativo de grupos de trabalhadores da economia solidária – parte do processo de incubação desenvolvido pela IESOL – por meio do acompanhamento de seus empreendimentos e da produção documental de histórias de vida na cidade de Ponta Grossa, região dos Campos Gerais e proximidades.

Deve-se destacar também o apoio da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, através da Coordenadoria de Economia Solidária e do seu escritório regional em Ponta Grossa, que tem acompanhado e contribuído

com as atividades da IESOL. Além disso existe, parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, pois a IESOL/UEPG conta, a partir de 2007, com a atuação de três agentes de desenvolvimento local e economia solidária. E, por fim, conta-se com o apoio da Fundação Banco do Brasil para o desenvolvimento de uma associação de catadores no município de Porto Amazonas. A prefeitura desse município e de outros como Tibagi e Ortigueira apóiam as ações da IESOL e o desenvolvimento de políticas públicas locais de economia solidária. Assim, o interesse e o compromisso das pessoas que integram a IESOL, somado ao apoio de atores externos que efetivamente trabalham como parceiros do programa, têm garantido o objetivo de pesquisar e intervir na realidade de trabalhadores que desejam e necessitam de acompanhamento e assessoramento para, de forma coletiva e solidária, gerar trabalho e renda nos termos de um desenvolvimento sustentável.

Para tanto, desenvolve-se a formação teórica e prática de um grupo de pesquisadores-extensionistas, entre técnicos, profissionais e estudantes de várias áreas (graduação em Administração, Direito, Economia, Geografia, História, Serviço Social, entre outras; e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) garantindo a realização de um trabalho de campo interdisciplinar, entrelaçado pelo tema da Economia Solidária. Nesse sentido, o debate em torno da temática do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente atravessa toda a formação da equipe interdisciplinar que compõe a IESOL e dos grupos de trabalhadores que passam pelo processo de incubação de seus empreendimentos.

Estes, sob forma de associações ou grupos informais que almejam constituir cooperativas populares, são compostos por artesãos, cozinheiras, costureiras, feirantes, agricultores assentados, catadores de materiais recicláveis, entre outros grupos ainda em formação. O trabalho dessas pessoas busca situar-se nos princípios da economia solidária, em alguns pontos muito próximos dos do desenvolvimento sustentável, a saber: o respeito ao meio ambiente e ao patrimônio natural e cultural; a garantia de práticas solidárias que defendam a não exploração do trabalho; o consumo e o comércio ético, justo e solidário; a autogestão e a autonomia dos grupos de trabalhadores. A construção de redes e cadeias produtivas que integrem esses empreendimentos poderá possibilitar outra



relação da sociedade com o meio ambiente e o patrimônio natural e cultural com novas perspectivas de desenvolvimento num contexto que termina por questionar o sentido do trabalho e do desenvolvimento tradicional sob o capitalismo. Dessa forma, busca-se atender uma parte da demanda por geração de trabalho e renda na região, produzindo ampla documentação que possibilite as intervenções relacionadas à pesquisa, ao ensino e à extensão universitária ligadas ao desenvolvimento de políticas públicas de economia solidária e de desenvolvimento sustentável, de combate à exclusão e de geração de trabalho e renda.

As atividades realizadas pelo Programa de Extensão IESOL têm questionado a separação entre ensino, pesquisa e extensão, pois vivencia-se na teoria e na prática uma formação e uma prática profissional não tradicional, colocando diante de problemas que passam a ser enfrentados por meio de abordagens interdisciplinares. Depara-se com novos paradigmas de construção do conhecimento numa sociedade complexa, num cotidiano de transição entre uma visão empobrecida do que são essas atividades atualmente, e outra mais ampla, dinâmica e emancipadora do que elas podem representar. O que, no limite, tem implicado no próprio questionamento dos modelos de desenvolvimento predatórios e excludentes da sociedade capitalista e de que tipo de conhecimento ela prioriza, produz e quem se beneficia deles.

Em 2005 e 2006, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR) iniciou o curso de extensão “Metodologia de incubagem para incubadoras”, objetivando capacitar o grupo da IESOL para o início de suas atividades. A participação na Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares também tem contribuído para a formação da equipe da IESOL e para o desenvolvimento de novas metodologias de incubação e tecnologias sociais, ao propiciar a troca de experiências entre outras incubadoras, tais como a ITCP/COPPE/UFRJ e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (ITCP/FGV-SP).

O processo de incubação inclui a realização de diagnósticos, formações e assessorias aos grupos de trabalhadores em torno da construção de um projeto associativo ou cooperativo para cada grupo, algo encarado como a produção de tecnologias sociais. Dessa forma, são realizadas, de maneira permanente e simultânea, atividades relacionadas

ao diagnóstico participativo da realidade de cada grupo (com reuniões, entrevistas de história de vida, confecção de relatórios, fotografias, vídeos e outros documentos); formações e assessorias teóricas e práticas sobre temas relacionados à economia solidária, ao desenvolvimento sustentável, ao patrimônio natural e cultural e outros assuntos que surgem no processo de trabalho com o grupo (questões de gênero, jurídicas, de viabilidade econômica, entre outras, ou técnicas e tecnologias relacionadas às atividades produtivas ou à autogestão dos empreendimentos). Além destas questões técnicas ou de gestão que compõem o desenvolvimento de tecnologias sociais, são realizadas pesquisas históricas, sociológicas, antropológicas, ou seja, inicialmente circunscritas a alguma área de conhecimento, porém, sempre buscando a perspectiva e a produção interdisciplinar, ampliando a compreensão da realidade destes trabalhadores e das possibilidades de um desenvolvimento sustentável.

No processo de criação de novas metodologias, a equipe da IESOL tem realizado entrevistas de histórias de vida que compõem um banco de histórias, visando enriquecer o diagnóstico participativo, através do conhecimento e do reconhecimento da história e da trajetória dos trabalhadores por meio de suas memórias, identidades e subjetividades. Identidade aqui compreendida como um conceito complexo em meio a um debate plural, que se refere a processos em permanente mudança e (des)construção em que a noção de pertencimento e de continuidade histórica dos grupos sociais é construída em meio a lutas sociais, políticas e econômicas e suas contradições e ambigüidades (Castells 2002, Canclini 2005, Bauman 2005, Hall 2006). Sobre a noção de subjetividade, orienta-se aqui nas reflexões de Foucault (2004) que, ao produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano, refletiu sobre certas práticas. São elas: as práticas objetivadoras, que permitem pensá-lo através de ciências cujo objeto é o indivíduo passível de normalização; as práticas discursivas, que detêm o papel de produtoras de epistemologia pelo sujeito falante e produtivo; e as práticas subjetivadoras pelas quais o sujeito pode pensar-se como tal e nas quais o ser humano se transforma em sujeito de si e para si, como quando se constitui eticamente. Entre os domínios do saber, do poder e da ética, estabelecem-se relações do sujeito sobre as coisas, sobre a ação dos outros e sobre si. Essa noção de subjetividade em construção possibilita



questionar como constituir-se enquanto sujeitos dos saberes, que exercem ou sofrem relações de poder, conformando-se em sujeitos morais da ação. Para tanto, é importante destacar que Foucault defendeu que se analise as tecnologias e as formas de racionalidade que envolvem as organizações e as disciplinarizações correspondentes a cada área, que geram a própria intensificação das relações de poder. Nessa direção, emergem questões centrais sobre como os sujeitos podem dizer algo como uma verdade de si, como adquiriram a necessidade de dizê-la e quais os tipos de racionalidades que atravessam esses processos (Foucault 2004).

Busca-se, a partir desses conceitos e num processo permanente de construção documental e criação de tecnologias sociais, possibilitar a renovação das práticas de ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva interdisciplinar, contemplando também análises das histórias de vida dos sujeitos a serem assessorados destacando suas aspirações, suas memórias, subjetividades e identidades individuais e coletivas e o contexto histórico e social em que estão inseridos (Pollak 1992). Também nos seus relatos, tem-se um enriquecimento dos estudos sobre a região dos Campos Gerais e entorno dado pelas diferentes visões narradas pelos trabalhadores ligados à economia solidária sobre o cenário político, econômico, social e cultural. Ao registrar-se e analisar-se essas percepções e ações

por meio do Programa de Extensão IESOL, propõe-se fazer com que os pesquisadores-extensionistas e os trabalhadores reflitam sobre a realidade.

Portanto, além de praticar o ensino, a pesquisa e a extensão produzindo e estudando documentos sobre os grupos de trabalhadores, visa-se o enriquecimento do debate teórico acerca da economia solidária e do desenvolvimento sustentável, ao comparar a trajetória desses grupos e seu posicionamento em relação aos chamados princípios solidários, autogestionários e de sustentabilidade, com o que os estudiosos definem a respeito. Nesse sentido, através das práticas de pesquisadores-extensionistas deseja-se compreender como os trabalhadores, inclusive por meio das construções de suas próprias histórias de vida, memórias, identidades e subjetividades, atribuem significados às suas práticas e à complexidade de suas vivências relacionadas a novas idéias de desenvolvimento. Assim, entende-se que essas são algumas pistas iniciais sobre como a universidade pode contribuir com a construção de empreendimentos sustentáveis que se relacionem com a preservação do patrimônio natural e cultural e com uma noção de economia solidária no contexto de um desenvolvimento regional sustentável nos Campos Gerais, renovando suas próprias práticas de ensino, pesquisa e extensão, sob novas subjetividades, orientadas por olhares interdisciplinares.

### Referências Bibliográficas

- BAUMAN Z. 2005. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 112 p.
- CANCLINING. 2005. *Consumidores e cidadãos*. 5ª. ed., Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 266 p.
- CARRION RM, VALENTIM IVL, HELFWIG BC (Orgs.). 2006. *Residência solidária. Vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 208 p.
- CASTELLS M. 2002. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed., 532 p. (A Era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2)
- FOUCAULT M. 2004. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 702 p.
- GOMES JMLO. 2007. *Significações e ressignificações do patrimônio cultural: as fazendas históricas e o turismo nos Campos Gerais do Paraná*. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, 150 p.
- HALLS. 2006. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Porto Alegre: DP&A Editora, 11ª ed., 102 p.
- POLLAK M. 1992. *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos 5(10):200-215.
- SANTOS AP, SANTOS NR. 2004. *A Educação Básica e Profissional na economia solidária catarinense*. In: MARCHI, RC (Org), *Trabalho e trabalhadores no Vale do Itajaí: uma leitura crítica*, Blumenau: Ed. Cultura em Movimento, vol. 1, p. 117-146.
- SINGER P. 2000. *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 360 p.